



Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, pelas vinte e duas horas, reuniu-se a **Assembleia de Freguesia de Vialonga**, em **Sessão de caráter Ordinário**, por vídeoconferência na Freguesia de Vialonga, sob a presidência do Sr. **Fábio Mousinho Pinto** e secretariada pela Sra. 1ª secretária Ângela Bordalo e pela Srª Margarida Penedo, 2ª Secretária em substituição, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I. Período Antes da Ordem do Dia (PAOD)

II. Período de Intervenção do Público

III. Ordem do Dia

Ponto Um – Aprovação das atas da Assembleia de Freguesia

Ponto Dois – Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia

Ponto Três – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021 – Aprovação

Ponto Quatro – Autorização genérica para dispensa de autorização prévia - Aprovação

Ponto Cinco – Tabela de Taxas e Licenças para 2021 – Aprovação

Ponto Seis – Mapa de Pessoal 2021 – Aprovação

Ponto Sete – Alteração ao Regulamento de Trânsito (Localidade da Granja) –

Aprovação

Ponto Oito - Isenção de Taxas de Publicidade, de cobrança de Rendas de Quiosques e de Taxas do Mercado Retalhista - Aprovação

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: Na bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU) a eleita Joana Narciso foi substituída pela Srª Isabel Pato. Na bancada do Partido Socialista (PS) o eleito Pedro do Canto foi substituído pela Srª Mariana Cordeiro, o eleito Bruno Cordeiro foi substituído por Pedro Fernandes, a eleita Carina Correia, foi substituída por João Tremoço.

Registaram-se as presenças dos seguintes Membros da Assembleia de Freguesia:

Mesa:

- Fábio Mousinho Pinto (Coligação Mais), Presidente
- Ângela Bordalo (CDU), 1ª Secretária
- Margarida Penedo (CDU), 2ª secretária em substituição

Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU)

- Ângela Bordalo
- Paulo Basílio
- Helena Freitas
- Ana Margarida Penedo
- Isabel Pato
- Paulo Nogueira

Bancada do Partido Socialista (PS)

- Telmo Soares
- Pedro Fernandes
- João Tremoço
- Mariana Cordeiro

Bancada do Bloco de Esquerda (BE)

- Lina Batista

**Bancada do CDS-Partido Popular (CDS-PP)**

- Célia Duarte

Ausentes estiveram os seguintes Membros da Assembleia de Freguesia:

- **Bancada da CDU:** Joana Narciso
- **Bancada do PS:** Bruno Cordeiro, Carina Correia e Pedro do Canto
- **Bancada da Coligação Mais:** Não aplicável
- **Bancada do CDS-PP:** Não aplicável

O Executivo esteve representado pelos seguintes membros:

- José António Alves Gomes (Presidente)
- Leonor Alves (Secretária)
- Jorge Cipriano (Vogal)

Ausentes estiveram os seguintes Membros da Junta de Freguesia:

- António Mateus (Vogal) ausente por motivo de doença
- Paulo Antunes (Vogal) ausente por motivo de trabalho

Havendo quórum, com a presença de todos os Membros da Assembleia de Freguesia, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu início à reunião da Sessão Ordinária, saudando e cumprimentando todos presentes (membros do Executivo da Junta de Freguesia, eleitos das bancadas da Assembleia e pessoas do público).

O Sr. **PMAF** começou por cumprimentar todos e depois de apresentar as substituições das respectivas bancadas, passou a palavra à 1ª Secretária, Ângela Bordalo, para leitura da correspondência recebida.

Ângela Bordalo (1ª Secretária): Cumprimentou os presentes e leu o aludido expediente.

O Sr. **PMAF** começou por esclarecer que no âmbito da própria ordem do dia fariam a votação do Ponto 1, dado que não se tinha recepcionado nenhuma questão no âmbito da intervenção do público passando logo a seguir a palavra ao eleito da bancada do PS, João Tremeço.

João Tremeço (PS): Começou por cumprimentar o Presidente da Mesa da Assembleia, Presidente da Junta de Freguesia e o seu Executivo, todos os eleitos das várias bancadas e o público que estivesse a ver via *internet*. Disse depois que o PS se congratulava com mais investimentos da Câmara Municipal em Vialonga, nomeadamente na melhoria significativa no pavimento da variante, entre a rotunda do Cabo e a rotunda da ARPIV, no valor de 158.000,00€.

Enalteceu a seguir todos os envolvidos, principalmente a Câmara Municipal, que tinham conseguido desbloquear uma situação que se arrastava há anos, que era a ligação entre Vialonga e a cidade de Póvoa de Santa Iria, conhecida pela estrada do túnel que passava a ter melhores condições de acessibilidade à circulação rodoviária e pedonal, num investimento autárquico de 76.300,00€, devendo as obras decorrer até fevereiro de 2021.



Terminava a sua intervenção perguntando ao Sr. PJF que medidas tinham sido usadas nos últimos meses, relativamente à pandemia.

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao eleito Paulo Basílio da bancada da CDU.

Paulo Basílio (CDU): Começou por cumprimentar todos os intervenientes, bem como os que acompanhavam a sessão nas suas residências, via *internet*, alargando assim os votos de boas festas. Desejou também que o novo ano viesse a ser melhor para todos, quer em termos laborais quer em termos pessoais e profissionais

Disse que voltava a insistir na opinião da sua bancada que acreditava poder ter reunido condições em termos de segurança, para que aquela sessão se tivesse realizado em moldes presenciais.

A seguir, apelou ao Sr. PJF que continuasse a insistir nas assembleias municipais para a realização e execução de algumas obras que Vialonga tanto precisava e congratulava-se também pela concretização da intervenção na estrada do túnel que vinha sendo pedida há mais de 4 anos, tais eram os perigos de circular naquela via.

Apelava para que se insistisse noutras como a construção das piscinas, a conclusão do projeto urbanístico da Quinta da Flamenga, a requalificação do Parque Residencial e uma intervenção na estrada da Alfarrobeira (relembrou que tinha havido novo despiste automóvel com capotamento que poderia ter tido consequências ainda mais graves se na altura do acidente alguém circulasse a pé).

Terminou chamando a atenção do Sr. PJF para o problema do processo de recolha dos ecopontos e das ilhas ecológicas cuja resolução continuava muito distante do ideal, já que o lixo não era recolhido diariamente, espalhando-se, em particular nos dias mais ventosos. Era muito importante, disse, verificar o que se passava com esses serviços.

O Sr. **PMAF** passou a palavra à eleita da bancada do CDS, Célia Duarte.

Célia Duarte (CDS): Começou por cumprimentar todos e a todos também desejar umas boas festas.

Começou por dizer que, devido à situação pandémica que infelizmente se continuava a viver, a realização das sessões públicas da Assembleia de Freguesia de forma telemática era realmente a melhor maneira de se cumprir as determinações sanitárias da DGS. No entanto, não deixava de ser um conjunto de monólogos que retirava a vivacidade de um comentário ou a resposta do contraditório pontuado no imediato. E essa sua nota, explicou, vinha a propósito do que se tinha passado na última Assembleia de Freguesia, realizada no dia 30 de setembro. Explicou que aquando da sua intervenção, na qual tinha saudado os Bombeiros Voluntários de Vialonga pelo seu excelente trabalho na defesa de pessoas e bens, tinha também feito referência aos incêndios que tinham assolado a nossa freguesia e tinha mencionado especificamente o incêndio na Mata do Paraíso. Ora, continuou, o Sr. PJF, no seu período de respostas, tinha dito taxativamente, e até num tom nada habitual, que na Mata do Paraíso, não tinha ardido nada e que havia uma má informação da sua parte porque o incêndio tinha sido na lateral sul da Mata do Paraíso, e que tinha havido um toque em meia-dúzia de árvores, e que até tinha ido lá e tinha feito um vídeo para mostrar bem o estado da mata. Face ao exposto, o que vinha perguntar ao Sr. PJF era se também era má informação sua o facto de, no passado dia 9 de dezembro, ter acompanhado o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira numa visita à Mata do Paraíso, para ver como

estavam a decorrer os trabalhos de recuperação na sequência do incêndio deste verão. Aproveitava a Assembleia para agradecer publicamente ao Sr. Presidente da Câmara a celeridade com que tinha atuado. E disse ainda que os trabalhos até se tinham expandido para além da recuperação das árvores afetadas e ao controlo das espécies infestantes, ao fazerem obras de correcção torrencial.

Pediu depois ao Sr. PJF para continuar a insistir na importância e na urgência de colocação das lombas redutoras de velocidade na Rua Octávio Pato e na Rua Prof. Egas Moniz, porque o perigo era real e constante.

Perguntou depois se já havia solução para as ervas infestantes nos passeios e aproveitou para agradecer à Junta de Freguesia ter tapado buracos alguns dos buracos que se viam pela freguesia, e nomeadamente na Rua Melo Antunes.

Ainda na Rua Melo Antunes, perguntava ainda se seria possível prócer à remoção dos muretes que delimitavam a zona onde estavam colocados outrora os contentores do lixo entretanto, foram retirados já que traria mais área de estacionamento.

E terminava, disse, com o problema nos transportes, falando em concreto da carreira 360, que faz Loures-Alverca no horário das 07h35, cujo problema não era maior e não havia mais aglomeração de passageiros porque alguns pais e encarregados de educação faziam um esforço suplementar recorrendo ao transporte individual para levarem os alunos à escola.

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao Sr. PJF para responder aos três eleitos que intervieram.

O Sr. **PJF** começou por cumprimentar todos os intervenientes na Assembleia e público que estivesse a acompanhar a sessão.

Relativamente à questão que o eleito João Tremoço tinha colocado, disse também estar satisfeito por ver a requalificação da estrada do Túnel. Esperava que se conseguisse concretizar a obra, porque alguns dos herdeiros do terreno já o tinham abordado dizendo que não tinham dado autorização para mexer nos terrenos aos quais tinha esclarecido que o assunto devia ser tratado com a Câmara Municipal. Esperava que a obra estivesse bem encaminhada e que não parasse por essas questões.

Relativamente às questões relacionadas com a pandemia Covid, informou que a Junta de Freguesia tinha feito uma intervenção na entrada das suas instalações com a construção de um telheiro que abrigava os utentes que recorriam aos serviços da secretaria e ficassem à espera. Informou também que se continuava a dar apoio a todas as famílias que precisassem de medicamentos ou compras entregues em casa através de um protocolo com a Ava Villa. Também tinha havido uma parceria com a Unidade de Saúde familiar, com a distribuição na Junta de Freguesia de senhas para vacinação da gripe. E, continuou, mantinha-se o serviço de colaboração com as técnicas do serviço social (atendimento SAASI) com o agendamento de marcações para famílias carenciadas (já se contabilizavam 140), a maior parte delas para banco alimentar, realçando que o preocupava a capacidade de resposta não ser às vezes tão célere como aquela que se desejava. Mas tinha informação por parte das técnicas da Câmara que estavam a fazer uma triagem num contacto telefónico com todas as pessoas que se inscreviam na Junta de Freguesia para avaliarem o grau de prioridade e se estivessem numa situação de fome, eram atendidos primeiro. Também tinha havido colaboração



com outras instituições, nomeadamente com o transporte de mobílias e de alimentação. Acreditava que a partir de janeiro, fevereiro e março, a manter-se o número de desempregados, a situação ia agravar-se pelo que era muito importante dar todo o tipo de ajuda.

Relativamente às questões colocadas pelo eleito Paulo Basílio, todas elas pertinentes, acrescentaria ainda uma outra que, disse, também gostaria que se acrescentasse que tinha a ver com a requalificação da Escola EB 2/3. Relembrou que já no ano anterior se previa a sua requalificação, não tinha acontecido, tinha passado para o ano em curso, sem qualquer avanço. Esperava que no próximo ano se desse um passo significativo no melhoramento da escola.

Relativamente às questões colocadas pela eleita Célia Duarte disse que ia repetir tudo aquilo que tinha dito na última Assembleia: O incêndio deu-se quase na totalidade na vala e na parte de mata da zona de Loures, graças a um trabalho excelente de limpeza que a Câmara Municipal tinha feito na Mata do Paraíso. Explicou que a visita que tinha feito à Mata com o Sr. Presidente da Câmara não tinha sido para ver a recolocação de árvores nenhuma mas sim para ver um canal que a Câmara tinha criado para que as águas que escorrem por toda a Mata do Paraíso quando chove não entrem no Parque Industrial do Olival das Minas. Câmara Municipal, continuou, tinha criado uma vala grande para que as águas que vêm por toda a zona da Mata do Paraíso escorram para a ribeira que divide o concelho de Loures e de Vila Franca de Xira, evitando assim a inundação de todo o Parque Industrial que era constantemente inundado de lamas. Convidou depois a eleita a visitar a Mata do Paraíso, ver toda a zona que pertence ao concelho de Vila Franca de Xira, e ver que o incêndio que tinha ocorrido, infelizmente tinha sido grave, podia ter ocorrido com situações muito preocupantes para a zona do Olival das Minas, para a parte industrial, mas não tinha atingido a Mata do Paraíso, insistiu.

Relativamente à questão das lombas, realçou que os moradores da Urbanização da Flamenga, mais concretamente da Rua Octávio Pato, tinham feito um abaixo-assinado ou uma participação no orçamento participativo da Câmara Municipal, e tinham ganho, representando um investimento que rondava os 170.000,00, verba esta até bastante significativa mas que se devia ao empenho daqueles moradores, disse. Achava que essa intervenção devia ser do orçamento da Câmara, disse ainda, mas ia sair do orçamento participativo e dado que a verba até era bastante significativa, já agora, que pintassem também os estacionamento, acrescentou.

Relativamente aos muretes, confirmou que iriam retirá-los.

Relativamente aos transportes públicos, era uma situação que preocupava todos os membros da Assembleia, todas as bancadas. Continuava a verificar-se que as carreiras circulavam com excesso de passageiros e já tinham feito ao chegar ao Sr. Presidente de Câmara essa preocupação e o que tinha respondido era que Área Metropolitana de Lisboa estava a fazer esforços no sentido de se alterar essa situação e vir a melhorar os transportes, esperando que tudo estivesse no bom caminho.

O Sr. **PMAF** passou a seguir a palavra à eleita Margarida Penedo, da bacada da CDU.

Margarida Penedo (CDU): Começou por cumprimentar todos os intervenientes na Assembleia e dizer que iria falar sobre a remodelação da Escola EB 2/3 de Vialonga,

sobre a qual já se tinha falado na sessão de 26 de outubro de 2018 e novamente na de 25 de setembro de 2019, pela bancada do PS, com notícias que a todos tinham agradado e que todos deixaram com alguma expectativa relativamente a esta escola. Tal não tinha acontecido até à presente data, e o que queria era apelar para que se reunissem os esforços de todos, Executivo da Junta e todas as restantes bancadas para que fosse reforçada esta necessidade. Se já antes da pandemia essa remodelação era urgente, agora mais do que nunca se justificava, disse.

O Sr. **PMAF** voltou a dar a palavra à eleita Célia Duarte, da bancada do CDS.

Célia Duarte (CDS): Voltou a intervir falando no assunto do incêndio junto à Mata do Paraíso, dizendo que não tinha falado em plantação de árvores e fez referência ao publicado no *site* da Câmara Municipal no dia 3 de dezembro, citando, relativamente à visita do Sr. Presidente da Câmara à Mata: "seguir-se-á uma visita à Mata do Paraíso, em Vialonga, para acompanhamento das intervenções de recuperação que estão em curso, no seguimento do incêndio registado a 24 de julho deste ano, o qual afetou a Mata do Paraíso e o Parque Industrial de Olival das Minas. Para além da monitorização de recuperação das espécies afetadas, estão a ser acauteladas ações de controlo...". Insistiu que o Sr. **PJF** também tinha que fazer uma nota à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, a dizer que também estavam equivocados e que, na Mata do Paraíso, não tinha ardido nada, porque na altura tinha falado com conhecimento.

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao Sr. Presidente de Junta, para poder responder às intervenções.

O Sr. **PJF** insistiu que o pior do incêndio tinha sido dentro da vala que atravessa o Olival das Minas, junto à Mata e aí sim, esse mato tinha ardido todo. Mas não tinham ardido pinheiros. A Câmara Municipal, continuou a explicar, ia limpar toda a ribeira que confina o município de Loures com o de Vila Franca de Xira.

O Sr. **PMAF** aproveitou para dar nota que tinha a indicação dos serviços de apoio à Mesa da Assembleia, que já tinha sido restabelecida a ligação *online* e a sessão podia voltar a ser acompanhada a partir de casa pelos que assim quisessem, aproveitando para voltar a remeter novamente os cumprimentos iniciais. E de seguida deu a palavra ao Sr. **PJF** para fazer a introdução do Ponto 1 da ordem de Trabalhos, não sem antes aproveitar para adicionar o Ponto 8 sobre o qual o Sr. **PJF** já tinha feito menção.

O Sr. **PJF** explicou que a introdução do Ponto 8 seria para dar continuidade à isenção de taxas, já que tinha sido proposto na última Assembleia levar novamente o assunto à Assembleia. Ora, continuou a explicar, para se prolongar essa isenção até final do mês de Março de 2021, precisava-se da autorização da Assembleia de Freguesia, mantendo-se até à data da Assembleia seguinte, em Abril.

O Sr. **PMAF** reforçou então o aditamento à Ordem do Dia do Ponto 8, Isenção de Taxas de Publicidade, de cobrança de Rendos de Quiosques e de Taxas do Mercado Retalhista. E passou a palavra ao Sr. **PJF** para poder introduzir o Ponto 1.

O Sr. **PJF** introduziu o Ponto 1, Aprovação das atas da Assembleia de Freguesia.

O Sr. **PMAF** fez uma breve apresentação do ponto relativamente às atas de Assembleia de Freguesia, explicando que não tinha sido possível concluir a redação da única ata que estava dependente de aprovação, a de 30/09/2020 e que iria



oportunamente pronunciar-se sobre essa matéria e, eventualmente, equacionar potenciais alternativas. Acrescentou que após essa análise da circunstância faria chegar essa informação a cada um dos representantes dos grupos políticos representados na Assembleia, por forma a que se pudesse encontrar uma alternativa. E passou então à votação, pedindo ajuda da mesa para que só votassem os que estivessem habilitados legalmente a fazer a votação no que dizia respeito às atas, dada a sua presença nas respectivas sessões. Feita a votação das Atas Nº 4 de 2019, Nº 1 de 22/06/2020 e Nº 2 de 29/06/2020, foram aprovadas por 9, 8 e 10 votos favoráveis, respectivamente (Ata Nº 4 de 2019 com 4 votos a favor da CDU, 2 a favor do PS, 1 a favor do CDS, 1 a favor do BE e 1 a favor da Coligação Mais; Ata Nº 1 de 22/06/2020 com 5 votos a favor da CDU, 1 voto a favor do PS, 1 voto a favor do CDS e 1 voto a favor da Coligação Mais; Ata Nº 2 de 29/06/2020 com 5 votos a favor da CDU, 2 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor da Coligação Mais).

Feita a votação das atas, passou então a palavra ao Sr. PJF para introdução do Ponto 2,

O Sr. **PJF** começou por fazer a introdução do Ponto 2, relativamente ao período da atividade desenvolvida desde 1 de setembro a 30 de novembro, no campo do orçamento, dizendo que se estava com um grau de execução de 90,73%. Chamou a atenção para o facto de estarem alguns trabalhadores da junta com baixa médica o que dificulta a gestão dos trabalhos mas, ainda que nessas condições, destacou algumas intervenções, nomeadamente os 30 fixadores que foram colocados para impedir que os contentores do lixo comprometessem a segurança dos transeuntes e provocassem danos como chegou a acontecer. Deveria ter sido intervenção dos SMAS, disse, mas a Junta fez questão de resolver esse problema.

Referiu depois a intervenção na oficina com a construção de um telheiro que permite aos funcionários trabalhar também ao ar livre.

Fez novamente referência ao telheiro que se tinha instalado na zona da entrada da Junta de Freguesia para proteger os fregueses da chuva, enquanto aguardam para ser atendidos.

Colocaram-se vários equipamentos urbanos por toda a freguesia.

Destacou depois a colaboração com a Unidade de Saúde Familiar, com a distribuição das senhas para a vacinação da gripe, bem como a limpeza, desinfeção e manutenção da ARPIV, espaço onde as vacinas tinham sido administradas.

Referiu depois o serviço da recolha de monos que vinha representando um custo significativo, quer pelo facto de precisar ser garantido com a presença de dois funcionários quer pela aquisição de uma nova viatura à IVECO com sistema basculante que iria facilitar e muito a realização desta tarefa.

O Sr. **PMAF** passou a palavra à eleita do BE, Lina Batista.

Lina Baptista (BE): Começou por cumprimentar todos e desejar boas festas e apesar de algumas dificuldades sentidas na audição no sistema em que se fazia a Assembleia (mas tendo em conta a situação pandémica também tinha votado a favor para se fazer por via telemática), tinha ouvido o Sr. PJF e acreditava que cada um tinha feito o seu melhor.

Fábio Mousinho Pinto (Coligação Mais): Face à intervenção do Sr. PJF, disse querer manifestar também a solidariedade e compreensão da sua bancada para com a

gestão que o Executivo da Junta vinha fazendo no que dizia respeito à gestão de Recursos Humanos, que, em face do contexto que se estava a viver, exigente, em que cada um dava de facto aquilo que era possível, e se destacavam aquelas que eram as prioridades para fazer face à pandemia.

O Sr. **PMAF** passou a seguir a palavra ao eleito da bancada da CDU, Paulo Basílio.

Paulo Basílio (CDU): Disse que seria uma intervenção rápida e que insistia na importância de se criarem novas instalações para a Junta de Freguesia. Insistiu que já há muito tempo a sua bancada defendia que a Junta de Freguesia de Vialonga merecia instalações condignas, com uma nova sede que satisfizesse os interesses dos que ali trabalhavam mas também de todos os vialonguenses que aos serviços recorriam. Insistiu que era mais que altura para que, no plano de ação do orçamento camarário, fosse inscrita uma rubrica para uma nova sede de freguesia de Vialonga.

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao Sr. **PJF** para tecer algum comentário que entendesse e introduzisse a seguir o ponto 3, Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021.

O Sr. **PJF** lembrou que já há 3 mandatos que chamava à atenção da Câmara Municipal para o espaço da Junta de Freguesia e agradecia à Casa do Povo a cedência do espaço onde está neste momento instalado o seu gabinete, partilhado, aliás, com as técnicas do serviço social, nos dias de atendimento. Uma freguesia com cerca de 22 mil habitantes (números dos Censos de 2001), com uma junta de freguesia sem condições nenhuma, insistiu. Não tem umas oficinas de jeito, não tem balneários para os trabalhadores, não tem gabinetes para se trabalhar e todos estes problemas reportados à Câmara Municipal desde o tempo da anterior Presidente, Maria da Luz Rosinha, que tinha manifestado de toda a preocupação, tal como o atual Presidente, Alberto Mesquita. Todas as outras juntas já tinham sido intervencionadas, já tinham melhorado o seu espaço, o seu atendimento e no caso da de Vialonga, não se tinha conseguido incluir no orçamento da Câmara uma verba destinada à resolução deste problema. Esperava que esta preocupação se resolvesse rapidamente.

O Sr. **PMAF** pediu que o Sr. **PJF** esclarecesse o motivo de tais diligências não terem tido ainda desenvolvimentos.

O Sr. **PJF** explicou que tinha sugerido ao Sr. Presidente de Câmara a compra do espaço que pertence à Casa do Povo mas que não tinham conseguido chegar a acordo com a Direção e portanto continuava-se a aguardar que ali, ou noutra espaço, um novo edifício ou de um novo espaço para a instalação da Junta de Freguesia de Vialonga, uma necessidade imperiosa dos vialonguenses.

Insistiu que se entrava em 2021 com um orçamento de 899.000,00€ e com 22 mil habitantes, 18.000 km², com imensos espaços verdes para cuidar, com imensas zonas para varrer, com imensas zonas para tratar, com imensas coisas para fazer. O orçamento dos Bombeiros, de 700.000,00€, era quase igual ao da Junta de Freguesia, e não queria dizer com isso que era muito, mas o da Junta é que não chegava para a dimensão e necessidades da freguesia. E, acrescentou, desse orçamento ainda tinham que comprar as viaturas.

Era intenção do Executivo adquirir duas carrinhas semi-novas ou uma nova para garantir até o distanciamento de segurança entre os funcionários que se transportam.

Não se iam receber as receitas provenientes das taxas cuja isenção iria ajudar o comércio local e tudo dificultava a gestão financeira de modo a garantir um bom funcionamento da Junta de Freguesia.

Caso fosse também fosse aprovado era intenção do Executivo manter todo o apoio e reforço ao movimento associativo, contemplando com os mesmos valores, as IPSS, porque também sabiam estar a viver períodos muito difíceis. Também foi decisão do Executivo não retirar do orçamento as iniciativas culturais. Explicou que, se fosse possível as escolas ou as IPSS com quem a Junta trabalha, fazerem um carnaval interno, dentro das escolas, era intenção ajudar financeiramente para que as crianças possam de alguma forma festejar o Carnaval, assim a DGS o permita.

Era também intenção do Executivo manter a iniciativa Caminhada da Mulher, que era sempre um êxito, tinha grande adesão e era um bom contributo para uma instituição importante para as crianças em risco.

Outra iniciativa que também gostariam de manter era as festas de Vialonga. Não se sabia como iria evoluir a pandemia mas gostariam que houvesse uma abertura para que em agosto se pudesse ir para a rua para festejar, se não o fim, pelo menos o princípio do fim do Covid, o que fazia muita falta às pessoas, cansadas de estar em casa e a pensar nas doenças. Sugeriu voltar a discutir esta intenção na Assembleia de abril, porque a ser aprovada, era necessário fazer as consultas atempadamente, já que eram sempre processos morosos.

Referiu a seguir os melhoramentos que vinham sendo feitos nos espaços verdes, já com um objectivo de racionalizar o uso da água, um recurso cada vez mais escasso, com a preocupação de não comprometer o embelezamento mas com alguma inovação.

Referiu a necessidade de se pintar novamente as passadeiras já que a Câmara não tinha repostado essa pintura que tinha ficado danificada com a sua intervenção de novo betuminosos em diversas ruas da freguesia.

Concluiu dizendo que era o orçamento que tinham para apresentar, dentro de um valor muito apertado, mas que era aquele que iam tentar executar, com um trabalho minimamente realizado e chegando ao fim do ano sem dívidas.

O Sr. **PMAF** passou a palavra à eleita Célia Duarte, da bancada do CDS.

Célia Duarte (CDS): Começou por alertar que logo na introdução, na página 4, constava uma previsão de aumento da receita de 3,23%, quando, nas previsões mais otimistas, estão envolvidas em algumas dúvidas com o cenário mais provável a ser a contração.

Depois referiu-se à proposta “plano de atividades para o ano de 2021”, citando “para responder ao anseios e necessidades da população” e perguntou se a população desejaria gastar 71% do orçamento em salários.

Disse depois que o que o orçamento apresentava relativamente a obras, era o que era da estrita competência de qualquer Junta de Freguesia, reparando até que tinham esquecido uma que tinha a ver com a manutenção e reparação de passeios, talvez porque na opinião da sua bancada, falhavam muito em relação a esta matéria, quer na manutenção dos passeios, quer na eliminação das ervas infestantes, bem como na reparação do empedrado.

Referiu-se depois à aquisição de uma viatura de 9 lugares, que esperava fosse opção uma movida por uma energia mais amiga do ambiente, até porque, em matéria

de ambiente, equipamentos ou energias, as propostas eram zero. E não se confundisse ambiente com a limpeza de espaços verdes e desmatção.

Fez depois referência ao facto de ver o turismo esquecido no orçamento apresentado, tendo a freguesia pontos de referência, até internacional, nomeadamente nos caminhos de Santiago.

Falou depois na rubrica de taxas, multas e penalidades para 2021, salientando o aumento de 15 vezes e meio em relação a 2020, isto, numa altura em que, quer as empresas, quer os particulares, estavam descapitalizados e com uma taxa de desemprego a aumentar para os 2 dígitos. Lembrou que, segundo os últimos dados do Centro de Emprego de Vila Franca de Xira, referentes ao mês de outubro, estavam inscritos 723 desempregados, residentes em Vialonga.

Sobre as "dotações orgânicas: a administração autárquica previa um aumento de 14% face a 2020. Perguntou porque se aumentava esta taxa se a economia decrescia. Seria aumento de salários ou ineficiência crónica na administração, perguntou. O mesmo se aplicava na secretaria e administração geral, continuou, porque os gastos com a administração autárquica, secretaria e administração geral representavam 32% dos gastos previstos. Ou seja, disse, um terço era consumido em administrativas. Se somassemos a isso as obras e manutenção, disse, representava 57% dos gastos, sobrando pouco, muito pouco, para se fazer algo diferente.

Relativamente à "distribuição do capítulo de despesa", 71% dos gastos eram despesa com pessoal, o que olhando para esses números, disse, mais parecia um Centro de Emprego do que um órgão de poder local, pilar da democracia para servir todos os cidadãos.

A seguir referiu-se à verba de 6.000,00€ para os bombeiros, chamando a atenção que eram só mais 500,00€ do que a verba destinada ao boletim da Junta de Freguesia, o que era ridículo, disse.

Resumidamente, disse, o orçamento apresentado era uma cópia e cola dos anos anteriores, não era inovador, não via nenhuma medida de evolução no modus operandi. Muito pouco sobre formação profissional dos funcionários ao serviço da Junta de Freguesia, continuou, nada sobre digitalização, quando se estava na era do digital, lembrou. O Executivo aparecia envolvido em auto-congratulação, sem ver que o mundo muda e, ao não observar essa mudança, ficava estagnado. A cada ano que passava, era mais do mesmo. Quem vivia em Vialonga continuava a pagar taxas e impostos, concluiu, via a Junta de Freguesia a arrecadar proveitos mas inovação e desenvolvimento só chegariam um dia, talvez com outro modelo de gestão, disse.

O Sr. **PMAF** passou a seguir a palavra à eleita Ângela Bordalo, da bancada da CDU.

Ângela Bordalo (CDU): Depois de novas saudações e no seguimento da intervenção da eleita Célia Duarte, começou por dizer que a questão era sempre a mesma, porque uma grande fatia do orçamento ia para despesas de pessoal. Atrevia-se a dizer que o problema não era tanto o que se gastava em pessoal, mas o facto de ser um orçamento curto. Pois, é a realidade que temos. E como se resolvia esse problema, perguntou. Despedia, reduzia o quadro de pessoal, reduzia vencimentos, perguntou novamente. Não via como contornar o problema. O quadro de pessoal existente, como o Sr. PJP tinha reconhecido, tinha funcionários já com alguma idade, com alguma



tendência para o absentismo mas era o que existia. Voltou a perguntar se a solução era despedir pessoas para reduzir despesas, insistindo que gostaria de ouvir soluções e reforçando a sua convicção que quando a eleita da bancada do CDS dizia que o orçamento era mais do mesmo devia-se ao facto de as verbas serem também mais do mesmo, não havendo investimento porque o dinheiro escasseava e essa era a realidade.

Perguntou depois ao Sr. PJF se, face ao aumento das despesas para combater a pandemia, com várias medidas de protecção, a Câmara se tinha disponibilizado para ajudar as Juntas, Vialonga e as restantes freguesias do concelho, com mais alguma verba para esse fim. Fez depois referência ao protocolo assinado entre a Câmara e uma grande empresa da freguesia, a maior empregadora de Vialonga, a Sociedade Central de Cervejas, no valor de 100.000,00€ (achava que era do conhecimento geral), dizendo entender que, tratando-se de uma empresa instalada na freguesia, faria algum sentido algum desse valor vir a beneficiar Vialonga. Gostava de saber se a questão tinha sido abordada com a Câmara e qual a sua resposta.

Terminou levantando a questão de a Câmara vir a ressarcir as autarquias pelo facto de verem as suas receitas próprias reduzidas com a isenção de Taxas e Licenças ao pequeno comércio local.

O Sr. **PMAF** passou então a palavra ao eleito João Tremoço, da bancada do Partido Socialista.

João Tremoço (PS): Explicou que a bancada do PS achava que o Executivo da CDU tem tornado a Junta de Freguesia de Vialonga uma fonte enorme de despesa, apresentando para o ano de 2021, 96% do seu orçamento referentes a despesas correntes e dessa percentagem, 71 vírgula qualquer coisa, perto de 639.000,00€ representavam despesas com pessoal. Realçou que, pesar do esforço de contenção que todos os cidadãos deste país vinham fazendo, a Junta de Freguesia de Vialonga, conseguia aumentar as despesas correntes em mais de 33.000,00€. O Executivo da CDU não apostava no investimento na freguesia, não obstante o orçamento ter aumentado, de 2020 para 2021, em cerca de 28.000,00€. Questionou qual era a estratégia do Executivo para o desenvolvimento de Vialonga e realçou que o orçamento apresentava um conjunto de propostas avulsas, sem coerência, não se vislumbrando uma estratégia, sendo notória a ausência de projetos estruturantes. Assim, resumiu, os eleitos da bancada do PS votariam contra as grandes opções do plano e orçamento para 2021, reafirmando não concordarem com a ausência de uma estratégia para a freguesia e de uma política de investimento que servisse as necessidades da população de Vialonga, defendendo que não era esse o caminho e era preciso saber fazer mais e melhor.

O Sr. **PMAF** voltou a dar a palavra ao eleito da bancada da CDU, Paulo Basílio.

Paulo Basílio (CDU): Disse que uma Câmara que se gaba no fim de cada mandato de deixar de saldo milhões de euros, continuou na sua intervenção (e não queriam que o saldo fosse negativo), das duas, uma: ou tinha deixado trabalho por fazer, ou não tinha querido aplicar uma boa parte desses milhões noutra tipo de tarefas que fariam mais falta, concluiu. Já tinham falado no período antes da ordem do dia de um conjunto de investimentos que ainda estavam por realizar na freguesia por parte da Câmara. E se não houvesse mais dinheiro para as Juntas de Freguesia, nomeadamente para a Junta de Freguesia de Vialonga, que era a que se discutia, podiam sair daquela sessão todos muito satisfeitos com as suas intervenções, todos com mil e uma propostas



do que é que cada um faria, quando o que estava em cima da mesa era sempre a mesma questão.

Mas isso não era a boa gestão para os seus munícipes mas eram opções políticas, e depois, os vialonguenses, na altura correta, decidiriam se a gestão era boa ou má. E concluiu a sua intervenção dizendo que a sua bancada iria votar a favor do projecto apresentado, que era aquele que era possível com uma verba tão diminuta.

Fábio Mousinho Pinto (Coligação Mais): Começou por dizer que não fosse a menção reiterada de "Executivo Partido Socialista e Coligação Mais", do eleito Paulo Basílio, quase iniciava a sua intervenção, a dizer que concordava consigo. Não lhe servia essa carapuça, porque, em bom rigor, nada vinha dizendo em Assembleia ou feito de diferente que não tivesse dito ou feito anteriormente. Quer na Assembleia de Freguesia, em face da votação que vinham fazendo em alguns instrumentos de gestão da própria Junta de Freguesia, nomeadamente as grandes opções do plano, que era o que estava em cima da mesa, quer no que vinha sendo o seu papel na Assembleia Municipal, aliás, sobretudo na Assembleia Municipal, onde vinham deixando bem claro aquele que não era o seu entendimento em relação a algumas opções que tinham sido tomadas pelo Executivo do Partido Socialista, na Câmara Municipal, que, aliás, ia ao encontro do que há pouco tinha mencionado, em que, de outras matérias, havia de facto desinvestimento nesta freguesia de Vialonga.

Face ao exposto, disse que reiterava que, efetivamente, quando estavam a votar grandes opções do plano, orçamento, instrumentos que, de facto, eram suportes essenciais para o regular funcionamento do Executivo, se estavam a falar de opções políticas, e sobretudo opções que tinham a ver com a visão estratégica que cada um dos grupos políticos. Por isso, enquanto representante da Coligação Mais, conseguia acompanhar a preocupação, que, aliás, tinha sido mencionada em pontos anteriores, do natural desinvestimento que existia na freguesia de Vialonga, que, como tinha sido dito e bem, era neste momento, tirando as cidades, a freguesia que tinha vindo a crescer. Aliás, num passado recente, se a memória não o atraindo era a única que tinha crescido em termos de densidade populacional, e que isso não se reflete depois na bolsa e na dotação orçamental que era disponibilizada para a freguesia. E neste ponto, estavam totalmente de acordo no que dizia respeito à bancada da CDU. Isto não significava contudo que, quando se estavam a tomar decisões estratégicas, em face daquilo que era prioritário para a freguesia de Vialonga, as opções da sua bancada fossem as mesmas que as da CDU. Mas, continuou, a alternativa não era o despedimento. Era olharem de facto para aquelas que eram as prioridades da Junta de Freguesia e perceber se, efetivamente, não havia - e era uma pergunta que fazia ao Sr. PJF - algumas posições que eram tomadas em detrimento da freguesia, por forma a alocar mais trabalhadores à Junta de Freguesia.

Terminava dando nota que não resultava claro aquando da leitura do documento qual era a estratégia que o Executivo da Junta de Freguesia de Vialonga tinha pensado para a freguesia, que, em face da pandemia, se via alterada e, portanto, com impacto na estratégia. De facto era feita menção à existência de uma crise epidemiológica, a um conjunto de tarefas, responsabilidades e opções que serão feitas pelo Executivo da Junta de Freguesia de Vialonga, mas continuavam sem perceber qual é que era o real enquadramento dessas opções, o que sustentava essas opções. Não havia de facto, uma



estratégia, não havia uma visão daquilo que devia ser prioritário para a Junta de Freguesia de Vialonga, a não ser fazer aquilo que já vinha sendo versado no enquadramento legal como sendo as competências de uma Junta de Freguesia, o que naturalmente ia ao encontro daquilo que era a responsabilidade do Executivo, o que naturalmente se coadunava com a parte da dotação orçamental disponibilizada ao Executivo da Junta de Freguesia de Vialonga, mas que, efetivamente, também revelava uma falta de capacidade de refletir e pensar na freguesia no que aos desafios que aí vinham a partir de 2021 e os anos sucedâneos, dizia respeito.

Terminou com a informação que a sua bancada iria abster-se.

O Sr. **PMAF** voltou a dar a palavra à eleita da bancada da CDU, Ângela Bordalo.

Ângela Bordalo (CDU): Começou por dizer que, olhando para o orçamento e para a atividade desenvolvida, podiam ver que no que se referia a transferências correntes, era fácil de fazer a conta, eram cerca de 75% do orçamento da Junta de Freguesia. Ora, o que vinha em transferências correntes, assumia que tinha muito a ver com a transferência de competências, ou seja, e mais uma vez, este dinheiro não vinha para aquilo que ali era dito como estratégia e investimento do Executivo para aquilo que seria o melhoramento da qualidade de vida das populações em Vialonga. Vinha, de facto, para aquilo que era o trabalho diário e aquilo que tinham sido as tarefas do dia a dia do Executivo e do seu corpo de trabalhadores.

Pedi depois que o Sr. **PJF** confirmasse se a sua interpretação era correta no que se referia aos impostos diretos, nomeadamente o que a junta recebia proveniente de IMI. Se eram aqueles meros 18.000,00€ ali mencionados. Porque se eram de facto, as pessoas diziam depois que não viam reflectidos na sua freguesia os impostos que pagavam e era uma verdade. E acontecia numa freguesia que era das que mais tinha crescido.

O Sr. **PMAF** passou então a palavra ao Sr. **PJF**.

O Sr. **PJF** começou por dizer que tinha algumas considerações a fazer antes de apresentar o Dr. Nuno Rocha, Técnico Oficial de Contas que daria depois uma explicação sobre as taxas e recursos financeiros.

Queria esclarecer que na generalidade, os funcionários que se viam a varrer as ruas e na jardinagem ganhavam o salário mínimo nacional e só viam aumentos quando aconteciam a nível nacional. Como o orçamento era “baixo”, continuou, até o salário mínimo tinha peso. Por outro lado, explicou, em caso de baixas médicas (e tinham 6 nessa situação), tinham que ser substituídos, representando depois um acréscimo e significaria depois pagar a 12 funcionários para fazer o trabalho de 6. Sendo beneficiários da ADSE tinha que ser a junta a pagar estas baixa e não a Segurança Social, levando a uma duplicação desta despesa. Se pareciam contas fáceis para a oposição, disse, para o Executivo, que estava a gerir a “casa”, era uma gestão difícil, rematou.

Referiu-se depois à crítica do PS pela falta de investimentos e perguntou qual era a parte da verba que a Câmara transferia que dava para investir. Se era do dinheiro que se recebia na secretaria da Junta, das taxas, das pessoas que iam lá que se tinha comprado em 2019 uma camioneta e outra camioneta e um *dumper* este ano. Por outro lado, para fazer face aos acordos de execução da descentralização de competências,



tinha sido necessário retirar 71.000,00€ ao valor previsto para investimento. Convidava a consultarem também todos os orçamentos das outras freguesias, mesmo das do PS, e vissem qual era o valor gasto em despesas com pessoal. Era a freguesia do concelho de Vila Franca de Xira que mais tinha crescido, como tinham reconhecido algumas bancadas, a que mais IMI pagava e, perguntou, qual era o retorno? A Câmara vinha fazendo investimentos, passeios ribeirinhos aqui e acolá, tinha comprado as piscinas de Alhandra (300.000,00€), mas investimentos em Vialonga, eram zero, insistiu. Nem a Escola EB 2/3, nem as obras prometidas na Escola do Gentil, adiadas sucessivamente, nem o espaço novo para a Junta de Freguesia de Vialonga. Mas vissem aquilo que eram os investimentos no concelho, e depois os investimentos na freguesia de Vialonga. Exigiam muito investimento à Junta de Freguesia, que tinha um orçamento de 890.000,00€, e exigiam muito pouco à Câmara Municipal, com um orçamento de 100 milhões. Pediu que as bancadas consultassem o mapa da Câmara e vissem o investimento em todas as freguesias do concelho, e depois fizessem a comparação daquilo que era o investimento nesta freguesia e noutras semelhantes.

Pediu depois que interviesse o TOC, Dr. Nuno Rocha.

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao Sr. Nuno Rocha, Técnico Oficial de Contas (TOC).

Nuno Rocha (TOC): Começou por cumprimentar todos e agradecer a oportunidade de poder esclarecer a alteração que tinha havido nas taxas. Explicou que a alteração tinha tido início sensivelmente há um ano atrás. A DGAL tinha publicado uma nota explicativa no seu site sobre a alteração do classificador económico, neste caso, mais concretamente do decreto-lei 26/2002, por via da entrada em vigor do novo sistema contabilístico SNC-AP. Esta alteração tinha sido comunicada em dezembro de 2019 mas já num período em que já praticamente todas as freguesias tinham os orçamentos aprovados, pelo que somente este ano, para 2021, é que se estavam a fazer estas alterações do classificador. Isto era uma nota explicativa que estava no site da DGAL, e mais concretamente os pontos 6 e 7 referiam concretamente que o capítulo 02 dos impostos indiretos, que era utilizado até aqui por esta e por outras freguesias, nomeadamente para arrecadar as receitas de ocupação de via pública, publicidade, não são utilizadas pelas freguesias, mas sim, pelos municípios, porque se tratam de impostos e, por isso, as freguesias deviam registar as suas taxas de ocupação de via pública, publicidade e as restantes que já eram registadas no 04, que são as taxas específicas para as autarquias locais. Portanto, tinha sido essa a alteração feita para este ano, e daí ter resultado aqui um fluxo e uma variação do capítulo 02 para o 04, com alguma substância, neste caso concreto. A diferença que se verificava, continuou a explicar, porque havia uma redução efetiva, se fossem somados os dois capítulos, devia-se essencialmente à regra do equilíbrio, isto era, à regra que se utilizava no cálculo das médias das receitas desses mesmos capítulos para calcular e para inscrever estes valores, porque o valor que era inscrito no orçamento resultava da média dos últimos 24 meses das receitas arrecadadas, à exceção dos capítulos que provinham das receitas da Câmara, do município e do Estado, todos os outros tinham esta regra de cálculo, tendo em conta os 24 meses de receitas.

O Sr. **PMAF** passou a palavra à eleita da bancada do BE, Lina Batista.



Lina Baptista (BE): Relativamente ao orçamento, também não considerava que fosse o ideal, mas não se via no momento em posição de contrapor fosse com o que fosse, porque o dinheiro era pouco e a única hipótese que teriam seria reunirem-se todos e cada um dar uma opinião sobre a percentagem que se podia atribuir a cada uma das partes, disse que a sua posição iria ser votar a favor do orçamento, independentemente de considerar que, se calhar, se podia ter feito melhor trabalho. Lamentava, disse ainda, que não tivesse havido por parte da Câmara Municipal uma atenção maior em relação à Junta de Freguesia de Vialonga.

O Sr. **PMAF** deu a palavra ao eleito da bancada da CDU, Paulo Basílio.

Paulo Basílio (CDU): Tinha entendido que com aquela alteração na lei 4 a nível orçamental as Juntas de Freguesia ficavam mais desfalcadas do que já estavam. Pediu desculpa pela sua confusão porque, a ser assim, a situação daquilo que tinha referido em questão da percentagem orçamental camarária para as Juntas de Freguesia seria, obviamente, muito gravosa! Porque, neste momento, a Câmara podia dispor de muito mais dinheiro, para além daquele que já tem, para atribuir às próprias Juntas de Freguesia.

O Sr. **PMAF** passou a palavra à eleita da bancada da CDU, Ângela Bordalo.

Ângela Bordalo (CDU): Disse que fazia questão e queria que ficasse claro em ata, que dos impostos municipais que são pagos nesta freguesia, só 18.000,00€ é que tinham retorno para a mesma. Gostava que isso ficasse claro, e gostava que ficasse registado para que toda a gente ouvisse, e também ficasse gravado para a posterioridade, insistiu.

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao Sr. **PJF**.

O Sr. **PJF** Reforçou que, efetivamente, de todos os impostos cobrados na freguesia de Vialonga, a Junta de Freguesia recebia apenas 18.000,00€, do IMI.

Fábio Mousinho Pinto (Coligação Mais): Disse que iria abster-se e queria deixar claro que o facto de a Coligação Mais fazer parte do Executivo Camarário, não era impeditivo de apresentarem propostas na Assembleia Municipal, demonstrando a efetiva preocupação da sua bancada pelo parco investimento em Vialonga, e como, aliás, vinham a apresentando várias propostas no sentido de reforçar aquilo que era a falta de investimento do Executivo liderado pelo Partido Socialista. Aliás, até a breve trecho, recentemente, na Assembleia Municipal, tinham proposto, por exemplo, a oferta de máscaras à população do concelho, proposta essa que ia ao encontro da dificuldade e da crise epidemiológica que se vivia actualmente e proposta essa que tinha sido aprovada pela maioria dos partidos representados na Assembleia Municipal, com a abstenção da CDU. Portanto, ali estava boa prova daquilo que eram as opções políticas em face daquilo que eram efetivamente as prioridades de cada uma das bancadas.

O Sr. **PMAF** procedeu a seguir à votação do Ponto Grandes Opções do Plano, tendo sido aprovado por maioria com 6 votos a favor da bancada da CDU, e 1 do BE, 4 votos contra da bancada do PS e 1 do CDS e uma abstenção da Coligação Mais. E passou a palavra ao Sr. **PJF** para fazer a introdução do Ponto 4, Autorização Genérica para Dispensa de Autorização Prévia.

O Sr. **PJF** explicou que de acordo com a lei, tinham de levar o Ponto 4 à Assembleia cuja intenção era para dispensar a autorização prévia à Assembleia de Freguesia, aplicando-se apenas para contratos a partir de 25.000,00€. Disse que tinha



dado conhecimento a todas as bancadas do único contrato plurianual que existia, que era com a MEO (não tinha sido possível um inferior a 2 anos) e esclareceu que todos os outros iriam terminar a 31 de dezembro do ano em curso. Informou que o Executivo iria fazer contratos com algumas empresas, teriam que os fazer obrigatoriamente para dar continuidade aos serviços da Junta, mas terminariam a 31 de dezembro de 2021, e esses não tinham necessidade de levar à Assembleia.

O Sr. **PMAF** passou então a palavra à eleita da bancada do CDS, Célia Duarte.

Célia Duarte (CDS): Disse que relativamente à autorização prévia, começava por um pormenor no documento onde vinha descrito "20.000 contos", expressão monetária que já não se usava.

Em relação ao ajuste direto na aquisição de serviços de comunicações, era um compromisso de 24 meses, com a Altice (MEO) com um valor mensal de 367,35€, dos quais 5 meses eram de 2020, 12 meses que englobariam o ano de 2021, e ainda 7 meses do ano de 2022. Os compromissos eram para pagar, disse, mas, sempre que possível, devia haver atenção ao tempo de duração dos contratos, pois no caso sobravam 9 meses para o próximo Executivo que viesse a sair das eleições de outubro 2021.

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao eleito da bancada do PS, João Tremoço.

João Tremoço (PS): Entrevi dizendo que a bancada do Partido Socialista ia votar a favor.

Fábio Mousinho Pinto (Coligação Mais): Explicou que a sua bancada queria fazer um comentário antes do seu voto que seria favorável: que o documento apresentado ia no sentido daquilo que a lei previa, era uma orientação legal. A leitura que a sua bancada tinha feito era que, de facto, aquela autorização era única e exclusivamente para compromissos que resultassem de projetos e ações referentes a despesas que já estivessem inscritas no orçamento, por um lado; depois, a projetos e ações que fossem também referidas em grandes opções de planos, por outro; e depois, a encargos em que não chegassem aos 25.000,00€. Essas eram as condições necessárias para, de facto, a assunção de tal compromisso. Se, porventura, existir a assunção de novos compromissos, havia o compromisso do Executivo, indo ao encontro do que estava previsto no atual preceito legal, de fazer chegar à Assembleia tudo o que achasse por conveniente.

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao Sr. PJF que pediu autorização para o Sr. Nuno Rocha (TOC) intervir, autorização essa concedida.

Nuno Rocha (TOC): Explicou que o decreto-lei 197/99 era anterior à entrada em vigor do Euro, e que este decreto-lei tinha sido revogado com a entrada em vigor do decreto-lei 18/2008, com o novo Código dos Contratos Públicos. Mas, de uma resolução em 2011, uma série de artigos tinha-os introduzido em vigor, nomeadamente este 22º, que era o responsável pela assunção de compromissos em mais do que um ano económico. E essa lei toda, a autorização da despesa estava ainda em contos, portanto. E as propostas, como é óbvio, eram feitas em contos, e pensava que não havia nenhum lapso com isso, que estava bem.

O Sr. **PMAF**, ouvida a intervenção, passou de imediato à votação do ponto, que foi aprovado por unanimidade, com a votação favorável de todas as bancadas e passou logo a seguir a palavra ao Sr. PJF para fazer a introdução do Ponto 5,



O sr. **PJF** explicou que não havia neste ponto qualquer alteração já que as taxas iriam manter o mesmo valor, a inflação tinha sido zero também, pelo que seriam os mesmos valores que se traziam à Assembleia para aprovação.

O Sr. **PMAF**, não tendo qualquer pedido de intervenção, passou de imediato à votação do ponto 5, Tabela de Taxas e Licenças para 2021, que foi aprovado por unanimidade, com os votos favoráveis de todas as bancadas.

O Sr. **PMAF** passou à votação do Ponto 5, Tabela de Taxas e Licenças para 2021, que foi aprovado por unanimidade e passou logo de seguida a palavra ao Sr. **PJF** par fazer a introdução do Ponto 6, Mapa de Pessoal 2021.

O Sr. **PJF** explicou que o quadro era igual ao do ano anterior com a única diferença de ter dois funcionários a menos que se tinham reformado, havendo por isso essa diminuição.

O Sr. **PMAF** não tendo nenhuma inscrição de qualquer bancada para intervir, passou de imediato à votação do Ponto 6, Mapa do Pessoal para 2021, que foi aprovado por maioria com 11 votos favoráveis e duas abstenções.

Passou então a palavra ao Sr. **PJF** para poder introduzir o ponto n.º 7, referente à alteração ao regulamento de trânsito, na localidade da Granja.

O Sr. **PJF** explicou que se tratava de regulamentar o trânsito num pequeno beco da Granja, com dois sentidos, que, consultados até os moradores, causava alguns constrangimento no trânsito. Disse que passaria a ter um só sentido, era um espaço de cerca de 100 metros e facilitaria muito mais a circulação dos moradores.

O Sr. **PMAF** não tendo qualquer pedido de intervenção da Coordenadora da Comissão de Trânsito passou imediatamente à votação, sendo o ponto aprovado por unanimidade, com todas as bancadas a votarem favoravelmente.

Passou a seguir a palavra ao Sr. **PJF** para introduzir o Ponto 8, Isenção de Taxas de Publicidade, Ocupação de Via Pública, Mercados e Rede de Quiosques.

O Sr. **PJF** explicou que o texto era igual às anteriores propostas que vinham trazendo às Assembleias mas que era necessária autorização para prolongar a isenção até abril, data para se analisar se seria para manter ou não a mesma posição.

O Sr. **PMAF** passou a palavra à eleita da bancada do CDS, Célia Duarte.

Célia Duarte (CDS): lembrou que logo no início da pandemia, a sua bancada tinha feito uma sugestão no mesmo sentido, pelo que era com muito agrado que acompanharia a proposta apresentada.

Fábio Mousinho Pinto (Coligação Mais): Explicou que a sua bancada acompanhava a análise feita pelo Executivo da Junta de Freguesia votando favoravelmente a proposta, ciente, naturalmente, do impacto que isso eventualmente pudesse ter nas contas do Executivo, e acompanhando a preocupação.

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao eleito da CDU, Paulo Basílio.

Paulo Basílio (CDU): disse que, independentemente da cor partidária de cada um, o mínimo que se podia fazer a nível institucional era dar algum apoio, nomeadamente ao comércio, restauração e não só, ainda que com impacto a nível orçamental. Seria uma forma de ajudar, disse, pois caso contrário não faria sentido vivermos em sociedade, rematando com a intenção de voto favorável à proposta.

O Sr. **PMAF** passou de imediato à votação sendo a proposta aprovada por unanimidade e deu por encerrados os trabalhos reiterando os votos de festas felizes e



ATA EM MINUTA (sessão realizada por videoconferência)

- Ponto Nº 3 da Ordem de Trabalhos: Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021
 - Na discussão, intervieram interveio o Sr. PJF, o Sr. PMAF, a eleita Célia Duarte, do CDS, a eleita Ângela Bordalo, da CDU, o eleito João Tremoço, do PS, o eleito Paulo Basílio, da CDU, o eleito Fábio Mousinho da Coligação Mais, o Dr. Nuno Rocha, TOC, como assistente aos trabalhos e a eleita Lina Baptista, do BE.
 - Após a discussão deste ponto, o Sr. PMAF colocou o assunto em apreço à votação, obtendo-se o seguinte resultado: 6 votos a favor da CDU e 1 do BE; 4 votos contra do PS e 1 do CDS e uma abstenção da Coligação Mais.
 - O Ponto Nº 3 da ordem de trabalhos foi aprovado por maioria pela Assembleia de freguesia de Vialonga.

- Ponto Nº 4 da Ordem de Trabalhos: Autorização genérica para dispensa de autorização prévia
 - Na discussão, intervieram intervieram o Sr. PJF, a eleita Célia Duarte, do CDS, o eleito João Tremoço, do Partido Socialista e o TOC, Dr. Nuno Rocha, assistente aos trabalhos.
 - Após a discussão deste ponto, o Sr. PMAF colocou o assunto em apreço votação, obtendo-se o seguinte resultado: votos a favor, CDU 6, PS 4, Bloco de Esquerda 1, Coligação Mais 1, CDS 1;
 - O Ponto Nº 4 da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade pela Assembleia de Freguesia de Vialonga.

- Ponto Nº 5 da Ordem de Trabalhos: Tabela de Taxas e Licenças para 2021
 - Na discussão, intervieram o Sr. PJF e Sr. PMAF.
 - Após a discussão deste ponto, o Sr. PMAF colocou o assunto em apreço a votação, obtendo-se o seguinte resultado: votos a favor, CDU 6, PS 4, BE 1, Coligação Mais 1, CDS 1;
 - O Ponto Nº 5 da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade pela Assembleia de Freguesia de Vialonga.

- Ponto Nº 6 da Ordem de Trabalhos: Mapa de Pessoal 2021
 - Na discussão, intervieram o Sr. PJF e o Sr. PMAF.
 - Após a discussão deste ponto, o Sr. PMAF colocou o assunto em apreço à votação, obtendo-se o seguinte resultado: votos a favor, CDU 6, PS 4, Bloco de Esquerda 1; 1 abstenção da Coligação Mais e 1 do CDS;
 - O Ponto Nº 6 da ordem de trabalhos foi aprovado por maioria pela Assembleia de Freguesia de Vialonga.

- Ponto Nº 7 da Ordem de Trabalhos: Alteração ao Regulamento de Trânsito (Localidade da Granja)



-
- Na discussão, intervieram o Sr. PJF e o Sr. PMAF;
 - Após a discussão sobre este ponto, o Sr. PMAF colocou o assunto em apreço à votação, obtendo-se o seguinte resultado: votos a favor, CDU 6, PS 4, Bloco de Esquerda 1, Coligação Mais 1, CDS 1;
 - O Ponto Nº 7 da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade pela Assembleia de Freguesia de Vialonga.
- Ponto Nº 8 da Ordem de Trabalhos: Isenção do pagamento de Taxas, medida de apoio ao comércio local, no âmbito de Ocupação da Via Pública, Mercados e Renda de Quiosques;
 - Na discussão, intervieram o Sr. PJF, Sr. PMAF, a eleita Célia Duarte, do CDS, o eleito Fábio Mousinho, da Coligação Mais e o eleito Paulo Basílio, da CDU;
 - Após a discussão sobre este ponto, o Sr. PMAF colocou o assunto em apreço à votação, obtendo-se o seguinte resultado: votos a favor, CDU 6, PS 4, Bloco de Esquerda 1, Coligação Mais 1, CDS 1;
 - O Ponto Nº 8 da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade pela Assembleia de Freguesia de Vialonga.

A Mesa da Assembleia de Freguesia:

O Presidente (Fábio Mousinho Pinto)

A 1ª Secretária (Ângela Bordalo)

A 2ª Secretária (Margarida Penedo)
